



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639103 - TO (2021/0004674-3)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : BRINDILLA RAFAELLY DA SILVA VENTURA BORGES  
**ADVOGADO** : BRÍNDILLA RAFAELLY DA SILVA VENTURA - TO009760  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
**PACIENTE** : LEILA FERREIRA DA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : AMANDA RAIZ FERREIRA DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEILA FERREIRA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (HC n. 0012937-68.2020.8.27.2700).

A paciente foi presa em flagrante delito em 1º de outubro de 2019 pela suposta prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, inciso IV, c/c o art. 14, inciso II, do Código Penal, tendo sido sua prisão convertida em prisão preventiva.

A impetrante sustenta que a paciente possui trabalho lícito, filho pequeno, tem problema de saúde (hipertensão) e compareceu a todos os atos processuais acompanhada de advogada, não causando qualquer atraso na marcha processual.

Requer, liminarmente, a expedição do alvará de soltura até decisão final do presente *writ* ou do julgamento.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para a revogação da prisão preventiva, com aplicação do art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver

sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente